

Funai requisita Federal para reocupar reserva

O superintendente da Funai de Cuiabá, Eudes Cardoso de Araújo, requisitou apoio da Polícia Federal para garantir o retorno dos 150 índios guarani e caiua à reserva Guassuty, no município de Aral Moreira. Ao mesmo tempo, a Funai quer dar maior segurança aos funcionários do órgão, que retomarão os trabalhos de demarcação dos 932 hectares que compõem a reserva indígena, cumprindo o determinado pela portaria assinada em outubro pelo Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que a autorizou a fundação a iniciar a demarcação.

O retorno dos índios à reserva — após uma semana em que ficaram na Aldeia Limão Verde, em Amambai, despejados da Guassuty — está amparado pela liminar concedida anteontem pelo presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região de São Paulo, Homar Cais. Ele

atendeu ao mandado de segurança impetrado pelo Procurador da República em Mato Grosso do Sul, João Heliofar de Jesus Villar.

A decisão do TRF suspendeu os efeitos da liminar concedida pela juíza federal Suzana de Camargo Gomes (quando estava respondendo pela 1ª Vara, em substituição ao juiz Luiz Calixto de Bastos, afastado do cargo também pelo TRF). A liminar da juíza Suzana Gomes também proibia a continuidade dos trabalhos de demarcação. Esse tornou-se o principal argumento do procurador João Heliofar: a juíza acabou tirando a eficácia da portaria assinada por um Ministro de Estado.

Com a decisão proferida pelo presidente do TRF, amenizou-se o clima na aldeia Limão Verde, onde estão acampados os índios despejados da Guassuty. Antes da liminar, perto de 600 índios estavam preparando-se

para o pior: retornar à Guassuty mesmo que para isso usassem da violência. O superintendente da Funai de Cuiabá (que responde pela fundação nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia), contou que o clima ontem estava normalizado, apenas com a expectativa em torno da volta à reserva. A tranquilidade chegou a ser abalada por um boato veiculado por um veedor da cidade. O político dizia ter informações que mais de 80 homens armados, contratados pelos fazendeiros da gleba Guassuty, estavam mobilizados nas entradas da reserva, aguardando a chegada dos índios para expulsá-los novamente.

Segundo o superintendente da Funai, as informações do veedor não procediam. De qualquer forma, Eudes Cardoso decidiu requisitar o apoio da Polícia Federal, especialmente para evitar um suposto conflito entre os índios e os funcionários das fa-

zendas. O pedido foi feito à Divisão da PF de Ponta Porã que, de lá, enviaria pedido de reforço à Campo Grande. O atendimento ao pedido formal da Funai deve demorar mais de 24 horas, tempo necessário para que o Departamento da PF, na Capital, consiga mobilizar efetivo suficiente para dar apoio ao retorno dos índios à reserva. Além disso, há alguns procedimentos burocráticos, como por exemplo, a comunicação formal da decisão do TRF à Polícia Federal.

Os caiua que deslocaram-se de outras partes do Estado para a aldeia Limão Verde (cerca de 500), engrossando a tentativa de retomada da reserva, lentamente começaram a desmobilizar-se a partir de ontem, voltando para seus locais de origem. Os naturais da reserva estão recebendo apoio da Prefeitura Municipal de Amambai e da Funai, na medida do possível.